

ETNOBOTÂNICA NA VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NA COMUNIDADE DE UMARIAÇU II, TABATINGA, AMAZONAS, BRASIL

Igor Tourinho dos Santos¹; Márcia Teixeira Falcão²; Taciana de Carvalho Coutinho³; Rodrigo Leonardo Costa de Oliveira⁴

1. Biólogo, Mestrando pelo Programa em Agroecologia, Ambiente, Sociedade e Amazônia, da Universidade Estadual de Roraima, igortourinhobio97@gmail.com
2. Doutora em Biodiversidade e Biotecnologia (UFPA), docente da Universidade Estadual de Roraima, marciafalcao.geog@uerr.edu.br
3. Doutora em Recursos Naturais (UFCG), docente da Universidade Federal do Amazonas, tacianacoutinho@ufam.edu.br
4. Doutor em Ciências Biológicas (INPA/AM) docente da Universidade Estadual de Roraima, rodrigo@uerr.edu.br

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar e discutir a classificação das espécies de plantas medicinais utilizadas por estudantes da Escola Estadual Indígena Almirante Tamandaré, localizada na Comunidade Umariacú II, Amazonas. A metodologia utilizada nesta pesquisa foi de cunho qualitativo, pois consistiu na coleta de dados, junto aos estudantes indígenas da etnia Tikuna da 3ª série do Ensino Médio. Os resultados foram obtidos a partir da aplicação de um questionário com perguntas abertas aos alunos, tendo como foco o levantamento das plantas medicinais utilizadas em suas casas e, observar a valorização da medicina caseira. Nos resultados obtidos, destacou-se a utilização das folhas para fins medicinais como (82%) citados pelos alunos na preparação de chá, em seguida o caule com (13%), acompanhado do fruto (3%) e semente (2%). Quanto aos saberes tradicionais citados na pesquisa prevalece que o conhecimento é passado de geração/geração. Os alunos da escola utilizam plantas medicinais no seu cotidiano, demonstrando conhecimento sobre seus usos terapêuticos, o chá como fonte de medicina popular em casa. Desta forma considera-se o papel da educação importante, principalmente quanto aos conhecimentos tradicionais nas comunidades indígenas e para que essa educação seja implementada se faz necessário políticas públicas voltadas para a construção de currículos que efetivamente possibilitem uma educação diferenciada e inclusiva sobre as plantas medicinais.

Palavras-chave: Educação indígena; Conhecimento tradicional; Etnobotânica, Uso tradicional.

ETHNOBOTANY IN THE VALUATION OF INDIGENOUS SCHOOL EDUCATION IN THE COMMUNITY OF UMARIAÇU II, TABATINGA, AMAZONAS, BRAZIL

Abstract

The objective of this article is to present and discuss the classification of medicinal plant species used by students at Almirante Tamandaré Indigenous State School, located in the Umariacú II Community, Amazonas. The methodology adopted in this research was qualitative in nature, as it consisted of data collection conducted with Indigenous students of the Tikuna ethnic group enrolled in the third year of high school. The results were obtained through the application of a questionnaire with open-ended questions administered to the students, focusing on identifying the medicinal plants used in their households and observing the appreciation of home-based traditional medicine. Among the findings, the use of leaves for medicinal purposes stood out (82%), as cited by the students in the preparation of herbal teas, followed by stems (13%), fruits (3%), and seeds (2%). Regarding the traditional knowledge mentioned in the study, it was emphasized that such knowledge is passed down from generation/generation. The students reported using medicinal plants in their daily lives, demonstrating awareness of their therapeutic uses, with herbal tea identified as a primary source of traditional home medicine. Thus, the role of education is considered essential, particularly in relation to traditional

knowledge within Indigenous communities. For such education to be effectively implemented, public policies are needed to support the development of curricula that genuinely enable a differentiated and inclusive educational approach to medicinal plants.

Keywords: Keywords: Indigenous education; Traditional knowledge; Ethnobotany; Traditional use.

ETNOBOTÂNICA EN EL FORTALECIMIENTO DE LA EDUCACIÓN ESCOLAR INDÍGENA EN LA COMUNIDAD DE UMARIAÇU II, TABATINGA, AMAZONAS, BRASIL

Resumen

El objetivo de este artículo es presentar y analizar la clasificación de las especies de plantas medicinales utilizadas por los estudiantes de la Escuela Estatal Indígena Almirante Tamandaré, ubicada en la Comunidad Umariacú II, Amazonas. La metodología empleada fue cualitativa, con la recolección de datos de estudiantes indígenas de la etnia Tikuna, de tercer año de bachillerato. Los resultados se obtuvieron mediante la aplicación de un cuestionario con preguntas abiertas, enfocado en las plantas medicinales utilizadas en sus hogares y en la valoración que otorgan a los remedios caseros. Los resultados destacaron el uso de las hojas con fines medicinales (82%), citado por los estudiantes en la preparación de té, seguido del tallo (13%), el fruto (3%) y las semillas (2%). Respecto al conocimiento tradicional mencionado en la investigación, prevalece la transmisión de generación en generación. Los estudiantes de la escuela utilizan plantas medicinales en su vida cotidiana, demostrando conocimiento sobre sus usos terapéuticos y el té como fuente de medicina popular en el hogar. Por lo tanto, se considera importante el papel de la educación, especialmente en lo que respecta al conocimiento tradicional de las comunidades indígenas, y para que esta educación se implemente, son necesarias políticas públicas destinadas a elaborar planes de estudio que permitan una educación diferenciada e inclusiva sobre las plantas medicinales.

Palabras clave: Educación indígena; Conocimiento tradicional; Etnobotánica; Uso tradicional.

INTRODUÇÃO

A etnobotânica pode ser definida como o estudo da relação existente entre o Homem e as Plantas e o modo como essas plantas são usadas como recursos. Atualmente a etnobotânica tenta se comprometer com o mundo em desenvolvimento, adotando uma posição estratégica com seu foco integrativo (ALCORN, 1995). pesquisa apontam que ao longo dos séculos, as plantas de forma geral têm sido empregadas pelo ser humano para as mais diversas finalidades, destacando-se o seu uso terapêutico baseado na tradição popular. Sendo assim, buscando a forma de medicina, que se considera uma das mais antigas da humanidade, tem servido como meio de tratamento, prevenção e cura de enfermidades (BADKE et al., 2016). A etnobotânica, como campo interdisciplinar que investiga as interações entre os povos indígenas e as plantas, oferece uma rica oportunidade para a valorização da identidade cultural e social das comunidades tradicionais.

A etnobotânica, enquanto campo científico, busca documentar e compreender essas interações entre seres humanos e plantas, valorizando a visão dos próprios povos que detêm o conhecimento. Segundo Albuquerque & Lucena (2004), “a etnobotânica desempenha papel

central no reconhecimento e na valorização do conhecimento local, além de contribuir para políticas de conservação e uso sustentável dos recursos naturais”. Essa disciplina também aproxima o conhecimento tradicional da ciência moderna, contribuindo para a descoberta de novos princípios ativos para a indústria farmacêutica (HANAZAKI et al., 2000).

A utilização de plantas medicinais por comunidades tradicionais é uma prática milenar e fundamental para a manutenção da saúde, especialmente em regiões com difícil acesso aos serviços biomédicos. Segundo a Organização Mundial da Saúde (WHO, 2002), aproximadamente 80% da população mundial ainda recorre às plantas medicinais como principal recurso terapêutico. Essa dependência reflete não apenas a eficácia percebida desses recursos, mas também a integração desses saberes aos valores culturais e espirituais das comunidades (AMOROZO, 2002).

Essas discussões revelam que a preservação do saber tradicional sobre plantas medicinais transcende a dimensão terapêutica, constituindo um elemento essencial da identidade, da autonomia e da sustentabilidade das comunidades indígenas. Portanto, políticas públicas que reconheçam e apoiem o uso sustentável das plantas medicinais, assim como a inclusão desses saberes nos currículos escolares, são fundamentais para a promoção de sociedades mais justas e ambientalmente equilibradas (OLIVEIRA et al., 2012).

Outro ponto de destaque é a importância dos quintais agroflorestais ou “farmácias vivas”, comuns nas comunidades amazônicas. Eles funcionam como espaços produtivos e educativos, onde plantas medicinais são cultivadas, manejadas e transmitidas como parte integrante da cultura familiar (AMOROZO; GALVÃO, 2004). O cultivo doméstico permite a disponibilidade imediata dos recursos medicinais, além de reforçar a autonomia terapêutica das famílias e a conservação das espécies (LORENZI; MATOS, 2008).

A Organização Mundial da Saúde (WHO, 2002) estima que cerca de 80% da população mundial ainda depende de plantas medicinais como principal recurso terapêutico, sobretudo em regiões onde os serviços de saúde modernos são escassos ou inexistentes. Esse dado revela não apenas a centralidade desses recursos para comunidades em países em desenvolvimento, mas também sua importância para a biodiversidade global e para a indústria farmacêutica.

O povo Tikuna, maior etnia indígena do Brasil em número de indivíduos com 74.061 pessoas (IBGE, 2022) e cerca de 73.564 vivem no Amazonas, na fronteira entre Brasil e Peru. Este povo se destaca pela forte ligação com a floresta e pelo uso intensivo de

plantas medicinais em seus sistemas tradicionais de cuidado (GRUPIONI, 2006). Esse saber tradicional, porém, vem sofrendo pressões decorrentes da urbanização, da aculturação e da escolarização em moldes ocidentais, que muitas vezes desvalorizam os conhecimentos ancestrais (RIBEIRO, 1996; DIEGUES, 2000).

Quando se fala de valorização da cultura indígena, a escola indígena aparece como um espaço estratégico para a valorização desses saberes. A escola por sua vez tem como fonte de conhecimento cultural e, pode transmitir informações que auxiliarão no bem-estar e na qualidade de vida de seus alunos. Os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) oferecem uma estrutura curricular que permite as escolas abordarem temas relevantes e atuais, como saúde e meio ambiente (Brasil, 2019). Nesse contexto, a temática plantas medicinais está integrada em ambos os aspectos. Para Calavia (2003), essa integração só é possível quando a escola reconhece e respeita as especificidades culturais dos povos a que serve.

A escola indígena, portanto, ocupa um lugar estratégico e fundamental nesse processo, pois funciona como espaço de encontro entre a educação formal e os saberes tradicionais. Quando bem orientada, a escola pode promover uma pedagogia intercultural, que integra conteúdos curriculares formais aos conhecimentos e práticas locais, contribuindo para a formação de jovens conscientes de sua herança cultural.

Ainda são poucos os estudos que abordam o papel da escola na transmissão do saber sobre plantas medicinais para seus alunos. Um estudo realizado com agricultores do sul do Brasil, no Estado do Rio Grande do Sul, mostrou que a escola não apareceu entre as principais responsáveis pelo compartilhamento do saber sobre a utilização de plantas no cuidado à saúde (Ceolin et al., 2019).

Calavia (2003), afirma que o fortalecimento da identidade indígena passa necessariamente pela escola, desde que esta esteja aberta a dialogar com as especificidades culturais e linguísticas dos povos a que serve.

Nesse contexto, a educação escolar indígena nas aldeias do município de Tabatinga (AM) está em funcionamento, mas retrata um modelo escolar urbano em busca de uma superação e caracterização própria, o que torna difícil acompanhar o próprio referencial curricular indígena, proposto pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). Esta proposta do MEC é o resultado de uma definição de políticas sustentáveis como instrumento de mudança e

diversidade, do valor pedagógico e das práticas de relações interculturais, porém, encontra pouca ressonância nas práticas pedagógicas concretas.

A criança indígena precisa aprender a sua língua materna, identificar sua matriz étnica e deve ser respeitada, diante de sua cultura, sob qualquer ângulo. Ela se desenvolve de forma ampla, integral, aprenderá a viver e a conviver dentro de seu contexto sociocultural. Seu desenvolvimento dependerá, a princípio, de cuidados assistenciais como qualquer criança: cuidados com a saúde, educação, segurança e proteção. Esses eixos estão descritos no Referencial Curricular da Educação Infantil (1998).

Neste contexto da comunidade de Umariacú II, localizada em Tabatinga, Amazonas, é o local de socialização, aprendizado e de encontros entre as crianças, seja na escola, na igreja, na roça, nas canoas e nas brincadeiras de terreiro. Nesse sentido, a comunidade é concebida como um território de vivências, e muitas pessoas que têm objetivos em comum, visando melhorias para todos os habitantes da comunidade. Portanto, a educação é um processo permanente e inerente ao viver. Em diferentes situações se dá o processo da educação. O dia-a-dia é educativo, os indivíduos vão criando e recriando formas de vida social.

Os indígenas Tikuna são responsáveis e comprometidos com sua realidade, promovem a luta pela preservação e o fortalecimento do conhecimento ancestral que permeia o uso e a gestão dos recursos naturais. E toda essa cultura é passada de geração a geração.

As comunidades indígenas, ao longo de gerações, desenvolveram um profundo entendimento sobre a flora local, utilizando-a não apenas para subsistência, mas também para rituais, medicina tradicional e práticas culturais. Esse saber, no entanto, enfrenta ameaças devido à globalização, ao desmatamento e a perda de território, o que torna ainda mais urgente o reconhecimento e a valorização dessa sabedoria.

Nessa comunidade, os saberes sobre as plantas são transmitidos oralmente entre gerações, representando não apenas um instrumento terapêutico, mas também um importante mecanismo de preservação da identidade cultural e de fortalecimento dos vínculos comunitários (Freire, 2004). Para Oliveira et al. (2012), o conhecimento tradicional indígena configura-se como um patrimônio imaterial que deve ser documentado e protegido, já que, além de contribuir para a saúde comunitária, integra a memória coletiva e a cosmovisão desses povos.

Conforme o PNUMA (2001), conhecimento tradicional é “um corpo de conhecimento construído por um grupo de pessoas através de sua vivência em contato próximo com a natureza por várias gerações. Ele inclui um sistema de classificação, um conjunto de observações empíricas sobre o ambiente local e um sistema de auto-manejo que governa o uso dos recursos”.

A partir desse contexto, a etnobotânica pode servir como um meio para documentar e sistematizar esses conhecimentos, promovendo sua transmissão entre as gerações e destacando sua importância na construção da identidade indígena. Através de um trabalho colaborativo que envolve a pesquisa científica e as práticas culturais locais, é possível resgatar narrativas que reforçam a relação dos indígenas com a terra e suas tradições.

Investigar e registrar o conhecimento dos estudantes de ensino médio sobre plantas medicinais torna-se importante para entender sua disponibilidade, manutenção, interações sociais, resgate e valorização desse conhecimento que precisa ser preservado. Além disso, entender a relação dos estudantes com as plantas medicinais proporciona ao professor meios para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que relacionem o conhecimento popular ao conhecimento científico, tornando o conhecimento mais significativo (Zétoles e Trazzi, 2020).

O fortalecimento das áreas envolvidas em um estudo etnobotânico não traz somente implicações em termos da produção de conhecimento em cada campo específico do saber. Ao contrário, destaca-se como uma abordagem de pesquisa científica que estuda pensamentos, crenças, sentimentos e compor tratamentos, que poderão mediar as interações entre as populações humanas e os demais elementos dos ecossistemas, assim como, os impactos advindos dessa relação (MARQUES, 2002).

Além disso, a etnobotânica pode impulsionar a valorização econômica dos produtos nativos, criando oportunidades sustentáveis que beneficiam a comunidade e fortalecem sua autonomia. Esse processo contribui para a afirmação da identidade indígena em contextos contemporâneos, onde a luta por reconhecimento e direitos territoriais é cada vez mais necessária.

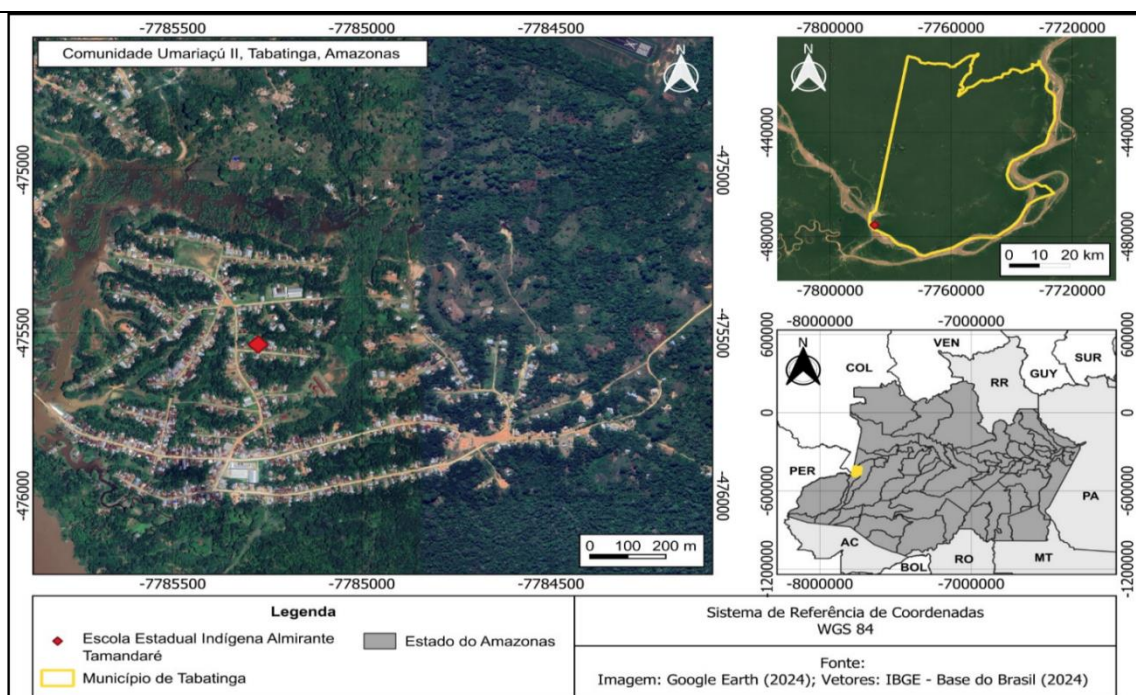
Diante desse panorama, o presente artigo teve como objetivo apresentar e discutir a classificação das espécies de plantas medicinais utilizadas por estudantes da Escola Estadual Indígena Almirante Tamandaré, localizada na Comunidade Umariacú II. Busca-se identificar as espécies mencionadas, as partes mais utilizadas das plantas, suas formas de preparo e

indicações terapêuticas, além de refletir sobre a importância desses saberes como patrimônio cultural e recurso de promoção à saúde.

3 METODOLOGIA OU PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa foi realizada na Escola Estadual Indígena Almirante Tamandaré, situada na Comunidade Umariacú II, município de Tabatinga-AM. A comunidade de Umariacú II está localizada na margem esquerda do Rio Amazonas/Solimões, possui via de acesso terrestre e fluvial. É uma comunidade indígena urbanizada e apresenta uma “hierarquia política própria”, possuindo em cada comunidade um cacique escolhido por voto da população (BRANDÃO, 2016). Para representação do local de pesquisa podemos observar a (figura 1).

Figura 1: Mapa demonstrativo da localização da pesquisa na Comunidade Indígena Umariacú II



Fonte: Santos, 2026

A pesquisa se caracteriza por ser um estudo de caráter descritivo e qualitativo, com enfoque etnobotânico, voltado para a compreensão do conhecimento tradicional sobre plantas medicinais entre estudantes indígenas da etnia tikúna. A abordagem qualitativa mostrou-se a

mais adequada, por possibilitar a exploração das percepções, significados e práticas culturais em torno do uso das plantas, respeitando a complexidade dos saberes locais (Minayo, 2012).

Para a coleta de dados, foram aplicados questionários semiestruturados a um total de 25 estudantes matriculados no 3º ano do ensino médio da escola. Considerando a disponibilidade e a disposição para participar. Os questionários foram elaborados com base em estudos etnobotânicos anteriores (Amorozo, 2002) e submetidos a uma prévia adaptação cultural, com auxílio de professores da escola, para garantir a clareza e a pertinência das questões no contexto Tikuna.

As perguntas abordaram (a) espécies de plantas medicinais conhecidas pelos estudantes; (b) partes da planta mais utilizadas; (c) formas de preparo dos remédios caseiros; e (d) finalidade terapêutica atribuída a cada espécie.

Antes do início da aplicação dos questionários, os objetivos do estudo foram explicados aos participantes, e foi obtido o Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE), conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde para pesquisas envolvendo seres humanos (Brasil, 2016). A aplicação dos questionários ocorreu em horário escolar, em sala reservada, para assegurar um ambiente tranquilo e confidencialidade nas respostas. Cada entrevista teve duração média de 20 a 30 minutos.

Os dados obtidos foram organizados em planilhas eletrônicas e posteriormente classificados em categorias temáticas, de acordo com as dimensões investigadas. Para fins de sistematização das espécies mencionadas, foram consultadas obras de referência em botânica e fitoterapia para verificar os nomes científicos correspondentes e suas propriedades terapêuticas (Lorenzi & Matos, 2008; Oliveira et al., 2012).

A análise dos dados foi realizada à luz da literatura etnobotânica, procurando identificar convergências e especificidades no uso das plantas em comparação com estudos realizados em outras comunidades indígenas e rurais da Amazônia (Albuquerque & Lucena, 2004; Hanazaki et al., 2000).

Essa metodologia buscou respeitar os princípios da etnociência, que reconhece os sistemas de classificação e uso das plantas a partir do ponto de vista dos próprios povos que as utilizam (Posey, 1986), garantindo que a pesquisa fosse conduzida de forma ética, participativa e culturalmente sensível.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos a partir das respostas dos estudantes revelam um panorama rico e significativo sobre a prática do uso de plantas medicinais na Comunidade Umariáçu II. Observou-se que as espécies mencionadas pelos participantes é cultivada diretamente nos quintais de suas casas, demonstrando que a prática do cultivo doméstico continua sendo central no cotidiano das famílias.

Essa proximidade com as plantas, ao alcance das mãos, contribui não apenas para a facilidade de acesso aos recursos terapêuticos, mas também para a manutenção de um vínculo cultural e afetivo com as espécies utilizadas, fortalecendo a tradição oral e o senso de pertencimento à comunidade e ao território.

Entre as 09 espécies (85%) as mais citadas pelos entrevistados estão *Melissa officinalis* (erva-cidreira), *Plectranthus barbatus* (boldo), *Mentha sp.* (hortelã) e *Citrus sinensis* (laranjeira), plantas de reconhecida utilidade no alívio de sintomas como dores estomacais, distúrbios digestivos, insônia, cólicas e resfriados (Quadro 01).

Quadro 01 – Categorias de doenças, espécies e indicações terapêuticas das plantas medicinais citadas pelos alunos na escola.

Categoria de Doenças	Espécies	Indicações Terapêuticas
Doenças do sistema digestório	laranjeira (<i>Citrus sinensis</i>), limão (<i>Citrus limon</i>), boldo (<i>Plectranthus barbatus</i>) e abacaxi (<i>Ananas comosus</i>)	Gases, estômago, fígado, indigestão, vesícula, diarreia, cólica estomacal, gastrite, queimação no estômago, úlcera nervosa, dor de barriga, náuseas, cólica intestinal, prisão de ventre, laxante, úlcera.
Doenças do sistema respiratório	hortelã (<i>Mentha sp.</i>) e cidreira (<i>Melissa officinalis</i>)	Tosse, gripe, garganta, rouquidão, bronquite, resfriado, respiração, expectorante.
Doenças do sistema nervoso	cidreira (<i>Melissa officinalis</i>)	Calmante, sedativo.
Doenças do sistema geniturinário	erva doce (<i>Pimpinella anisum</i>), cavalinha (<i>Equisetum hyemale</i>), malva (<i>Malva sylvestris</i>) e camomila (<i>Chamomilla recutita</i>)	Rins, bexiga, cólica menstrual, diurético, descer menstruação, infecção urinária, cálculo renal.
Doenças infecciosas e parasitárias	alho brabo (<i>Nothoscordum striatum</i>)	Vermes
Doença do sistema osteomuscular	alecrim (<i>Salvia rosmarinus</i>)	Reumatismo, relaxante muscular

Gravidez, parto e puerpério	hortelã (<i>Mentha</i> sp.) e cidreira (<i>Melissa officinalis</i>)	Cólica em bebê
Lesões, envenenamento e outras causas externas	goiaba (<i>Psidium guajava</i>)	Feridas
Doenças culturais	alho brabo (<i>Nothoscordum quebrante. striatum</i>), cavalinha e malva (<i>Malva sylvestris</i>).	Mal olhado (<i>Equisetum hyemale</i>)

Fonte: Santos (2026)

Essas doenças, por serem bastante comuns e, em geral, de menor gravidade, encontram nessas espécies uma alternativa prática e eficiente de tratamento. O fato de os estudantes conhecerem os nomes, usos e modos de preparo dessas plantas indica que esse conhecimento tradicional não apenas foi preservado, mas continua ativo e sendo repassado às novas gerações (Freire, 2004).

A espécie mais mencionada com 80% foi a erva-cidreira (*Melissa officinalis*), apontada por uma significativa parcela dos estudantes como planta calmante, digestiva e eficaz no tratamento de cólicas. Em seguida, 30% das outras espécies, como o boldo (*Plectranthus barbatus*), a hortelã (*Mentha* sp.) e a laranjeira (*Citrus sinensis*), utilizadas principalmente no preparo de chás para tratar problemas digestivos, febre, resfriados e ansiedade (**Figura 2**).

Figura 2 - Plantas mais cultivadas na Comunidade de Umariacú II, A = Erva Cidreira, B = Boldo, C = Hortelã e D = Laranjeira.



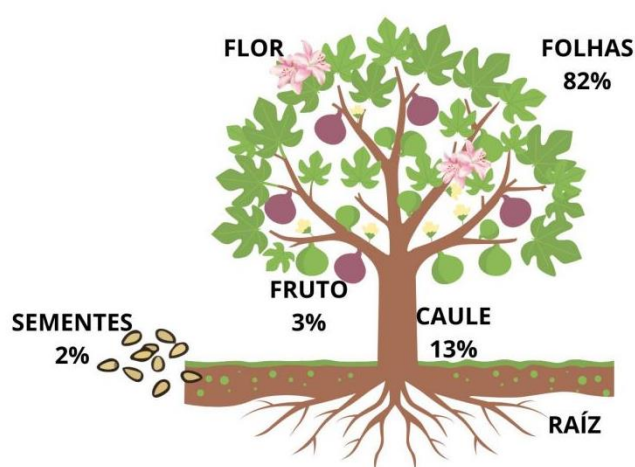
Fonte: Santos (2026)

Quando questionados sobre as partes das plantas utilizadas nos tratamentos, os estudantes indicaram uma preferência expressiva pelo uso das folhas, correspondendo a 82% das respostas. Essa escolha se mostra coerente, já que as folhas são geralmente mais

abundantes, fáceis de coletar, disponíveis ao longo de todo o ano e, sobretudo, permitem a utilização da planta sem destruí-la, o que possibilita um manejo sustentável.

As cascas foram mencionadas por 13% dos entrevistados, os frutos por 3% e as sementes por 2%, indicando que embora outras partes da planta sejam conhecidas e utilizadas, a prática se concentra principalmente nas folhas, possivelmente por questões de praticidade, disponibilidade e eficácia percebida na (figura 3).

Figura 3: Partes das plantas utilizadas em tratamentos, segundo os estudantes entrevistados



Fonte: Santos (2026)

Quanto à forma de preparo, os 25 estudantes entrevistados relataram o uso do chá, tanto por infusão quanto por decocção como principal método para consumir as plantas medicinais. Essa unanimidade demonstra como essa técnica é profundamente enraizada no hábito da comunidade, provavelmente por ser simples de executar, de rápida eficácia percebida e socialmente aceita.

O preparo em forma de chá também se adapta bem à maioria das partes vegetais utilizadas, especialmente as folhas, que são facilmente processadas dessa maneira. Esse padrão evidencia a construção de um saber prático que alia eficácia terapêutica a procedimentos acessíveis e culturalmente familiares.

Os resultados também revelam a importância dos quintais familiares não apenas como espaços produtivos, mas como verdadeiras "farmácias vivas", capazes de fornecer soluções rápidas e acessíveis para problemas cotidianos de saúde. Esse cultivo próximo ao ambiente

doméstico não só garante a disponibilidade imediata das plantas como também reforça a autonomia terapêutica das famílias.

Além do aspecto terapêutico, os saberes sobre as plantas medicinais fortalecem a identidade cultural e reafirmam a relação simbiótica que a comunidade estabelece com seu território. A manutenção dessas práticas contribui para a preservação da biodiversidade, uma vez que as espécies cultivadas ou coletadas para fins medicinais também são cuidadas, manejadas e, em muitos casos, propagadas pelos próprios moradores, evitando o risco de desaparecimento.

O cuidado com esses quintais, muitas vezes transmitido entre gerações, se torna também uma forma de educar os mais jovens para o reconhecimento e o respeito às plantas e aos conhecimentos associados a elas, fortalecendo a identidade cultural coletiva e promovendo a conservação das espécies cultivadas.

Outro aspecto importante observado nos relatos é a dimensão comunitária dessas práticas. O conhecimento sobre as plantas não se restringe ao espaço privado da família, mas circula na comunidade, sendo compartilhado entre vizinhos e parentes. Esse caráter coletivo fortalece os laços sociais, valoriza a experiência dos mais velhos e assegura que mesmo os jovens, submetidos às influências externas da sociedade urbana e globalizada, continuem a ter contato com as tradições do seu povo.

Os resultados demonstram que, embora os estudantes estejam inseridos em um contexto de escolarização formal e em contato com valores e práticas da sociedade envolvente, o uso das plantas medicinais continua sendo uma prática relevante, reconhecida e valorizada. Isso evidencia não apenas a eficácia percebida dessas práticas, mas também seu valor simbólico e identitário para a comunidade. O conhecimento fitoterápico permanece como um componente essencial do cotidiano e como um recurso estratégico para a promoção da saúde comunitária, reforçando a autonomia, a sustentabilidade e a preservação da cultura local.

Esses achados reforçam a importância da etnobotânica enquanto área do conhecimento que não apenas documenta essas práticas, mas também contribui para sua valorização e inclusão em políticas públicas e programas educacionais. A escola indígena tem um papel estratégico nesse processo, podendo atuar como um espaço para a sistematização e transmissão formal desses saberes, de modo que sejam reconhecidos como legítimos e integrados ao currículo de forma intercultural, crítica e contextualizada. Essa integração contribui para o

empoderamento dos jovens, fortalecendo seu orgulho identitário e sua consciência ambiental, ao mesmo tempo em que promove uma educação mais inclusiva e significativa.

No entanto, essas discussões apontam ainda para a necessidade de reconhecer e apoiar essas práticas no âmbito das políticas públicas de saúde e educação, integrando o saber tradicional ao conhecimento científico e aos programas escolares, como forma de fortalecer a identidade indígena e a conservação da biodiversidade.

Os resultados ressaltam que o cultivo e uso das plantas medicinais transcendem a função terapêutica, tornando-se também um importante mecanismo de preservação cultural, fortalecimento comunitário e conservação ambiental.

5 CONCLUSÕES

Os resultados desta pesquisa evidenciaram a vitalidade e a profundidade do conhecimento tradicional sobre plantas medicinais entre os estudantes da Comunidade Umariáçu II, demonstrando que esses saberes continuam a ocupar um papel central no cotidiano da comunidade indígena. A identificação das espécies mais utilizadas, bem como das partes, modos de preparo e finalidades terapêuticas, mostrou que os jovens ainda se reconhecem como herdeiros de uma tradição que associa intimamente saúde, cultura e natureza.

O cultivo das plantas em quintais familiares não apenas facilita o acesso aos recursos medicinais, mas também reforça valores como autonomia, cuidado coletivo e responsabilidade intergeracional. O fato de as práticas serem realizadas de forma simples como a preferência pelas folhas e pelo preparo em forma de chá, indica uma apropriação eficiente dos recursos disponíveis e um profundo conhecimento empírico que assegura eficácia percebida e sustentabilidade ecológica. Tais práticas refletem um sistema próprio de saúde que dialoga com as necessidades e possibilidades do contexto local, funcionando não apenas como alternativa terapêutica, mas também como prática de resistência cultural diante das pressões de homogeneização impostas pelos valores externos.

Diante disso, recomenda-se que políticas públicas de saúde e educação contemplem a valorização do uso sustentável das plantas medicinais, promovendo programas que incentivem o cultivo doméstico, capacitem jovens e adultos para a correta identificação e manejo das espécies e protejam as áreas de coleta contra a degradação ambiental. Reconhecer o valor desses saberes não é apenas uma questão de respeito à diversidade cultural, mas também uma

estratégia concreta para ampliar o acesso à saúde, reduzir desigualdades e promover a sustentabilidade dos recursos naturais.

Portanto, a preservação e o fortalecimento do conhecimento tradicional sobre plantas medicinais devem ser encarados como uma prioridade para a promoção da saúde comunitária, a conservação ambiental e a valorização da identidade indígena. As práticas registradas neste estudo evidenciam que a tradição e a modernidade não são necessariamente opostas, podendo se complementar de forma harmônica e construtiva. Investir no diálogo entre esses saberes é fundamental para construir sociedades mais justas, plurais e ambientalmente equilibradas, nas quais as comunidades indígenas sejam protagonistas de sua própria história e agentes de sua própria saúde.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P. (orgs.). **Métodos e técnicas na pesquisa etnobotânica**. Recife: **Livro Rápido**, 2004.

AMOROZO, M. C. M. **Plantas medicinais e a comunidade: um manual para a coleta e identificação de plantas**. São Paulo: **Editora Livraria da Física**, 2002.

AMOROZO, M. C. M. **Uso e conservação de plantas e animais medicinais na região de Boro Bororo, Mato Grosso, Brasil**. *Acta Botanica Brasilica*, v. 16, n. 2, p. 189–203, 2002.

AMOROZO, M. C. M.; GALVÃO, L. C. R. **Uso e conservação de plantas e animais medicinais na região de Bauru, SP, Brasil**. *Acta Botanica Brasilica*, v. 18, n. 1, p. 67– 82, 2004.

BADKE, M. R.; BUDÓ, M. L. D.; ALVIM, N. A. T.; ZANETTI, G. D.; HEISLER, E. V. **Saberes e práticas populares de cuidado em saúde com o uso de plantas medicinais**. *Texto & Contexto-Enfermagem*, v. 21, p. 363-370, 2016.

BRANDÃO, E.G. **Entre a inovação e a tradição: interculturalidade e técnica de produção/cultivo de alimentos na Comunidade Indígena de Umariáçu II, Tabatinga-Am**. 83f. (Dissertação), **Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola**, 2016.

Brasil. Ministério da Educação. Temas contemporâneos transversais na BNCC: **Proposta de práticas de implementação**. Brasília (DF): 2019.
http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf

BRASIL. **Conselho Nacional de Saúde**. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 jun. 2013.

- CALAVIA, O. **A escola indígena e a construção da identidade.** *Revista Brasileira de Educação*, n. 22, p. 35–45, 2003.
- DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada.** 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.
- FREIRE, A. D. C. **O saber e a cura: práticas tradicionais de saúde no Alto Rio Negro.** Manaus: UEA Edições, 2004.
- FREIRE, G. **Escola indígena: um projeto em construção.** Brasília: MEC, 2004.
- GRUPIONI, L. D. **A escola indígena no Brasil contemporâneo: desafios e perspectivas.** Brasília: MEC, 2006.
- GRUPIONI, L. D. B. **Povos indígenas e o direito à educação.** Brasília: MEC, 2006.
- HANAZAKI, N. et al. **Diversity of plant uses in two Caiçara communities from the Atlantic Forest coast, Brazil.** *Biodiversity & Conservation*, v. 9, p. 597–615, 2000.
- HANAZAKI, N.; et al. **Uso de recursos vegetais na comunidade pesqueira da Barra do Ararapira, litoral sul do estado do Paraná, Brasil.** *Acta Botanica Brasilica*, v. 14, n. 2, p. 277–290, 2000.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População indígena por etnia, povo ou grupo.** Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/brasil-indigena/> . Acesso em: 20 fev. 2026.
- LORENZI, H.; MATOS, F. J. A. **Plantas medicinais no Brasil: nativas e exóticas.** Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2008.
- MITTERMEIER, R. A. et al. **Hotspots: Earth's biologically richest and most endangered terrestrial ecoregions.** Mexico City: CEMEX, 2003.
- OLIVEIRA, R. G. et al. **Plantas medicinais: uso e conservação.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2012.
- POSEY, D. A. **Etnobiologia: teoria e prática.** In: RIBEIRO, D. (Org.). **Suma etnológica brasileira.** Petrópolis: Vozes, 1986. p. 87–110.
- RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- WHO – World Health Organization. **Traditional medicine: growing needs and potential.** Geneva: WHO, 2002.
- ZETÓLES, M. G.; TRAZZI, P. S. S. **O ensino por investigação na escola do campo: uma relação entre as plantas medicinais e saúde.** *Insignare Scientia*, v.3, n.4, p.477-490, 2020. <https://doi.org/10.36661/2595-4520.2020v3i4.11831>